

# AS INTERFACES DA CULTURA NA MODERNIDADE<sup>21</sup>

INTERFACES OF CULTURE IN MODERNITY

Clidenor Barreto da Silva Filho<sup>22</sup>

## RESUMO

Este artigo versa sobre as transformações sociais decorrentes da crescente divisão social do trabalho como causa da cisão entre cultura subjetiva e objetiva. Nesse sentido, busca compreender e refletir sobre esta cisão tendo como aporte teórico e analítico as proposições de Georg Simmel, observando-se as implicações dessas profundas mudanças na formação da cultura no contexto das sociedades modernas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Georg Simmel. Modernidade. Divisão social do trabalho. Cultura subjetiva. Cultura objetiva.

---

<sup>21</sup> Texto elaborado a partir de um seminário apresentado na disciplina Teorias Sociais Clássicas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN.

<sup>22</sup> Graduado em Ciências Sociais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

## 1 INTRODUÇÃO

A divisão social do trabalho enquanto fenômeno socioeconômico produzido em diferentes contextos históricos que precedem ao surgimento do mundo moderno foi tema de interesse e análise de importantes teóricos clássicos no campo das Ciências Sociais. Dentre estes, Emile Durkheim (1999), Karl Marx (1983) e Georg Simmel (2005), cuja perspectiva teórica foi adotada neste texto. Nesse sentido, tomando como ponto de partida a concepção teórica desenvolvida por Georg Simmel, busca-se compreender mediante análise textual como o autor apresenta e disserta sobre o fenômeno da divisão social do trabalho como causa de diferenciação entre a cultura subjetiva e a cultura objetiva no contexto das sociedades modernas.

O advento histórico e ideológico do Iluminismo marcou o Século XVIII como o **século das luzes**, alusão simbólica à emancipação social das trevas e obscuridade da Idade Média, e sua conturbada relação entre Estado e Religião. Deste modo, o pensamento iluminista contribuiu primordialmente na ruptura com a estrutura social da sociedade feudal provocando mudanças nos cenários políticos, socioeconômicos e culturais, impulsionada pela industrialização e pela revolução técnico-científica, sob a égide do pensamento racionalista e liberal.

No contexto do Iluminismo, a modernidade emergiu como um projeto civilizatório idealizador da emancipação social e política da sociedade. Assim, a Razão, a Ciência e o Progresso formaram a trinca ideológica que prevaleceu sobre o pensamento intelectual do Século XIX. A Revolução Industrial acelerou os processos sociais dos modos de produção e urbanização das grandes cidades criando um novo cenário socioespacial de dependência e contradições sociais.

A modernidade caracterizou-se por uma multiplicidade de formas de pensamento que não podem ser reduzidos aos mesmos pressupostos. (EVANGELISTA, 2007). Entretanto, a hegemonia do conhecimento técnico - científico como paradigma dominante em detrimento de outras formas de racionalidade fundou-se numa objetividade que determinou a separação entre sujeito e objeto. Essa funcionalidade da razão instrumental está intrinsecamente associada com a lógica de reprodução do sistema capitalista.

Essas transformações instituíram uma nova ordem na dinâmica social que atingiu a esfera do trabalho, da família, e da dimensão individual dos atores sociais.

## **2 FORMAS E CONTEÚDOS DA CULTURA**

Os resultados do trabalho exterior e interior ao indivíduo concebido como conteúdos da cultura expressam os valores da vida sob formas espiritualizadas que se cristalizam na correlação da condição humana com a natureza. “Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens”. (GEERTZ, 1989, p. 61). A natureza cultivada em nós, e para além de nós, em contínuo movimento desenvolve-se, multiplica-se, e assim, retorna sob a forma de cultura.

A Arte, a Religião, a Língua ou a Ciência, como formas e conteúdos da cultura, conforme Simmel (2005) equivalem em sua natureza espiritualizada e objetivada à matéria prima tal qual o ferro ou a madeira que precisam ser lapidados em sua natureza original para se transformarem, elevando o espírito humano de modo que o conhecimento e a práxis resultante da vontade e do sentimento transcendam os mecanismos naturais e culmine no desenvolvimento do próprio indivíduo.

Ao contrapor essa concepção geral de cultura com o contexto sócio-histórico de sua época no início do Século XX, o autor observa a discrepância inerente ao desenvolvimento da cultura das coisas em relação à cultura dos indivíduos. Analisando a dupla possibilidade de desenvolvimento da cultura tornada objetiva e o seu oposto na personificação da cultura subjetiva como elementos característicos dessa sociedade moderna.

O progresso científico e tecnológico acompanhado com enorme euforia e perplexidade pelos povos dos países classificados como “desenvolvidos” possibilitou o avanço dos meios de transporte, comunicação, arquitetura, dentre outros campos do conhecimento. Estes avanços desempenharam um papel central no processo de mudanças político-econômicas, mas, sobretudo, no âmbito da cultura.

Em contrapartida, embora tenha se constatado avanços no campo das artes e de outras esferas do conhecimento como a ciência, a cultura dos

indivíduos não acompanhou o desenvolvimento do espírito objetivado das coisas. Contraditoriamente, observou-se a pauperização de conteúdo na linguagem e na expressão do pensamento dos indivíduos. O cultivo da personalidade e da natureza humana foi sobreposto ao cultivo e autonomização das coisas resultando na objetificação da cultura, e, portanto, na supressão da essência da vida pelos produtos de vida.

Conforme Durkheim (2004), a divisão social do trabalho é o fenômeno por excelência responsável pela distinção entre sociedade primitiva e sociedade moderna. Caracteriza-se esta última pela especialização econômica e por trocas sociais estabelecidas dentro de um sistema monetário alicerçado na concepção que classifica como **solidariedade orgânica**. Entretanto, o que chama a atenção de Simmel (2005) neste processo trata-se da objetificação do espírito da cultura enquanto representação histórica. A cultura das coisas podendo separar-se de seu conteúdo apresenta a diferenciação entre o desenvolvimento da cultura objetiva e subjetiva.

A diferenciação entre fatores subjetivos e objetivos de uma sociedade não devem ser buscados, contudo, em fatores políticos ou na dimensão territorial e populacional da mesma. Nestas circunstâncias, o autor reconhece que em sociedades menos desenvolvidas em termos produtivos, “as possibilidades objetivas da cultura não excederam muito as realidades culturais subjetivas”. (SIMMEL, 2005, p. 51). Neste aspecto, Simmel (2005) converge as propostas de Durkheim (2004) em relação à complexificação das relações sociais determinadas pela divisão social do trabalho.

Os costumes e o estilo de vida de uma dada comunidade decorrem “da relação da cultura tornada objetiva com a cultura dos sujeitos”. Assim, “a cultura objetiva é a representação ou a condensação-perfeita ou imperfeita - daquela verdade objetivamente válida, da qual nosso conhecimento é uma cópia”. (SIMMEL, 2005, p. 51).

A diferenciação e o distanciamento da cultura tornada objetiva da cultura subjetiva decorrente do desenvolvimento e racionalização da divisão social do trabalho estão intrinsecamente relacionados com a dinâmica dos meios de produção. A especialização técnica exigida neste modelo de produção implica por outro lado na fragmentação do conhecimento. Dentro desta perspectiva, a produção de um objeto que antes era confeccionado pelas mãos de um único

indivíduo agora se desenvolve mediante a atividade parcial de vários sujeitos juntos. No processo de transição da sociedade feudal para a sociedade moderna, “o indivíduo sai da dependência de poucos para a dependência de muitos”. (SIMMEL, 2005, p. 28).

A produção artesanal individualizada característica das sociedades pré-modernas, onde o produtor possui suas próprias ferramentas, conhecimento técnico, e os meios para produzir objetos e utensílios como móveis, instrumentos musicais, obras de arte, dentre outros, é marcado pela personalidade do indivíduo, pelo sentimento e subjetividade de seu produtor. O indivíduo se reconhece no resultado final de seu trabalho, produto e produtor se misturam, dialogam, se combinam e transmitem a dimensão do eu, isto é, do espírito individual subjetivo.

Em contraposição, os modos de produção capitalista na sociedade moderna não mais sob o comando de produtores individualizados na medida em que são organizados e transformados em posse e tutela de um grupo reduzido de capitalistas, modificaram as relações de produção e de consumo imprimindo uma nova dinâmica social no corpo da sociedade através da diferenciação entre cultura objetiva e subjetiva orquestrada pela consolidação da economia monetária e pela crescente divisão social do trabalho. “Esta diferenciação capitalista separa profundamente as condições subjetivas do trabalho das objetivas, separação para a qual não existia nenhuma motivação psicológica enquanto ambas ainda estavam reunidas em uma única mão”. (SIMMEL, 2005, p. 54).

A separação do trabalhador dos meios de produção determinada pela forma de organização do trabalho em sua natureza capitalista se articula com outro aspecto, qual seja: a separação do trabalhador do resultado final de seu trabalho. Neste caso, a força de trabalho empregada na construção de um dado objeto não pertence mais ao sujeito. O trabalho foi transformado em mercadoria e resta ao trabalhador vender a força de seu trabalho por um valor equivalente em dinheiro estipulado e calculado de acordo com o tempo utilizado e a especialização exigida para produzir determinado objeto ou conhecimento. Em outros termos, a força de trabalho do indivíduo passa a pertencer a uma organização ou empresa, e seus desdobramentos são interdependentes aos moldes da produção capitalista.

A situação na ciência pode ser designada como uma separação do trabalhador de seus meios de produção num sentido amplo, e, em todo caso, no sentido aqui em questão, pois, no próprio processo da produção científica, separa-se agora um material que é objetivo em relação ao produtor do processo subjetivo do trabalho deste. Quando a atividade da ciência era ainda muito indiferenciada, quando o pesquisador precisava ainda produzir pessoalmente todos os pré-requisitos e materiais de seu trabalho, a oposição entre sua produção objetiva e um mundo de dados científicos seguros e objetivos era, para ele, menos explícita. [...] A monstruosa divisão do trabalho acarreta, por exemplo, na ciência, o fato de raríssimos pesquisadores poderem criar eles próprios às condições de seu trabalho; é mister acolher de fora incontáveis fatos e métodos simplesmente como material objetivo. (SIMMEL, 2005, p. 55).

Simmel (2005) ao abordar esta questão chama a atenção para o atrofamento e anulação da personalidade do indivíduo, ao passo que o trabalho torna-se objetivo para o trabalhador. A atividade parcial investida na produção de um objeto de cultura é revestida objetivamente por diversas personalidades, por um conjunto diferenciado de mãos que por fim irá agregar um valor e uma significação indiferente e distanciada daqueles que o produziu.

No processo de racionalização da crescente divisão social do trabalho ocorre simultaneamente a “parcelização do trabalho”, “a separação do trabalho”, e a “especialização”. Em decorrência, essa tríade processual efetiva decisivamente a separação da personalidade criadora de sua obra. Acerca desse aspecto sintetiza Simmel (2005, p. 72): “a divisão do trabalho é responsável pela configuração atual desta relação, mas esta é também descendente da economia monetária”.

A elevação cultural das coisas em detrimento ao desenvolvimento do espírito subjetivo do sujeito ao provocar a separação e o distanciamento do produtor de sua obra, confere a esta autonomia de movimento. As coisas materiais e espirituais movimentam-se livremente independente da intervenção dos indivíduos como se criassem asas ou pernas conduzidas pela força e compulsão do dinheiro, do mercado (cerne do consumo), e da produção capitalista na economia monetária.

A complexidade dos modos de produção capitalista, por outro lado, afetou substancialmente a relação entre consumidores e produtores. Neste

contexto, a produção autônoma e em larga escala é direcionada para uma grande massa de consumidores. Inerente a este processo se constitui a oposição entre sujeito e objeto contrastando com a pequena produção onde o sujeito-consumidor mantém uma relação de proximidade com a personalidade criadora e *a priori* uma conexão subjetiva com o objeto. (SIMMEL, 2005).

O *Luthier*<sup>23</sup>, por exemplo, ao receber uma encomenda para confeccionar determinado instrumento de cordas, toma posse da subjetividade do sujeito procurando assimilar e suprir desde aspectos técnicos como as características da anatomia do corpo, a matéria prima utilizada, e questões como gosto, gênero musical, estilo e sensibilidade do cliente dentro de um ponto de vista individualizado. É evidente que o alcance da objetificação da cultura desencadeada pela predominância da divisão social do trabalho enquanto paradigma da modernidade perpassa a dimensão individual do trabalho.

### **3 A OBRA DE ARTE COMO EXCEÇÃO E EXPRESSÃO DA PERSONA**

As inadequações apontadas por Simmel decorrentes da extrema especialização impressas pela divisão social do trabalho, e que implicam no distanciamento do trabalhador do produto de seu trabalho e na anulação de sua personalidade encontra sua extrema oposição com a obra de arte. Compreende, portanto, que:

A essência desta é absolutamente intransigente com a repartição do trabalho por uma pluralidade de trabalhadores, que não realizam individualmente algo completo [...] a obra de arte exige um único homem, mas o exige inteiro, em sua intimidade mais central: ela retribui isto pelo fato de sua forma lhe permitir ser o mais puro espelho e a mais pura expressão do sujeito. A recusa completa da divisão do trabalho é assim tanto causa como sintoma da relação existente entre a totalidade da obra, em si conclusa e a unidade anímica. (SIMMEL, 2005, p. 52-53)

As ferramentas utilizadas na produção da obra de arte ao contrário do que ocorre na especialização como elemento inerente da divisão social do trabalho, possibilita a potencialização do desenvolvimento da personalidade do sujeito. Assim, a expressividade da essência da alma, a construção de uma unidade subjetiva de um único sujeito e uma significação própria da arte,

---

<sup>23</sup> Artesão que fabrica ou repara instrumentos de corda com caixa de ressonância. (Ex.: violino, violoncelo, etc.)

reproduz a arte como extensão do corpo e da consciência do sujeito, e, portanto, produto de sua vontade e de seu sentimento. Simmel (2006, p. 62) aponta que: “aí está a origem da arte, totalmente separada da vida e retirando dela só o que lhe serviu. A arte cria a si mesma”.

Faz-se notar, todavia, que a autonomia e autosuficiência da obra de arte em sua essência na contemporaneidade, lidam de um lado com tensões e rupturas, e de outro, com a construção de especializações advindas de um mercado consumidor estratificado que a reduz tal qual uma mercadoria de mero entretenimento. Não por acaso, descartável, superficial, e conseqüentemente desprovida (em uma infinidade de casos) de qualquer sentido. Ademais, a arte de caráter popular ou erudita, em suas distintas variações tem se permitido como se pode observar a criações e elaborações coletivas.

#### **4 A METRÓPOLE NO CONTEXTO MODERNO**

Os dilemas da vida moderna impulsionados pelas tensões e fissuras existentes entre indivíduo e sociedade encontram seu lugar por excelência na dinâmica social da cidade moderna ou metrópole. As cidades grandes desde os tempos mais remotos se consolidaram como importantes centros econômicos e culturais. A multiplicidade das formas de produção e de trocas econômicas potencializou a racionalização do mercado ancorado na economia monetária. Não obstante, a produção de mercadorias se direcionou para uma ampla massa de consumidores provocando um enfraquecimento sobre o lugar dos fenômenos individuais.

O tipo das individualidades da metrópole, por conseguinte, se fundamenta no que Simmel chama de “intensificação da vida nervosa” resultante da intensa e ininterrupta assimilação de imagens e impressões endógenas e exteriores ao indivíduo que finalmente conforma a consciência e determina os hábitos do sujeito metropolitano. A objetividade entre coisas e indivíduos, por outro lado, é um traço comum das grandes cidades. “O espírito moderno tornou-se mais e mais um espírito contábil”. (SIMMEL, 2005, p. 580).

No entanto, nada mais característico desse moderno cenário urbano para Simmel (2005, p. 581), que o caráter *blasé*: “a essência do caráter *blasé* é



o embotamento frente à distinção das coisas [...] essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa”. Aqui, o nivelamento das coisas e dos valores está submetido à regência imparcial do dinheiro. O dinheiro se impõe como denominador comum de todas as coisas, anulando as peculiaridades e especificidades inerentes ao que caracteriza o singular, e que imprime a personalidade espiritual e a unidade subjetiva de seus produtores. A constante circulação de dinheiro no mercado consumidor movimenta todas as correntes a que estão assentadas todo o corpo social.

A intensificação dessas condições recai violentamente sobre os indivíduos, ao passo em que estes incorporam sem mais resistência as formas e conteúdos de práticas culturais que orientam a vida na metrópole. A atitude *blasé* que define o tipo psicológico característico desse espaço social não deve ser compreendida, contudo, como simples indiferença frente às *nuances* e complexidade da vida moderna. A desconfiança e o medo que habita as formas de existência na metrópole exigem uma atitude que conduz ao distanciamento do outro como forma de autopreservação, como um mecanismo natural de segurança e normatização do convívio social. O caráter *blasé* traduz uma espécie de reserva formal, mas, que traz em seu âmago uma aversão e estranheza na relação com o outro, criando um estado de alerta permanente na aproximação entre os sujeitos. Todavia, “o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade uma de suas formas elementares de socialização”. (SIMMEL, 2005, p. 583).

O antagonismo entre cidades pequenas e cidades grandes se dá, sobretudo, no campo das individualidades. Grosso modo, nos círculos sociais proporcionalmente menores, a imposição de limites às expressividades individuais ocorre primordialmente sob a perspectiva de uma inflexível coerção coletiva. A autonomia de movimento dentro de um círculo menor se impõe ao indivíduo mediante a maior vigilância entre seus pares sobre os seus hábitos, suas crenças e atitudes diante da vida em comunidade. Neste contexto, percebe-se a diminuição de espaços para a expansão de singularidades, seguida de forte coerção e ostracismo social sobre os indivíduos que por ventura expressem comportamentos identificados como exóticos, revelando o caráter tradicional dessas sociedades e os contornos de um círculo mais

fechado. Durkheim (2004) classifica essa dinâmica social como um tipo de **solidariedade mecânica**.

De outro modo, a liberdade de movimento conquistada pelo indivíduo na metrópole suscita o desenvolvimento da cultura moderna cuja essência remete a racionalidade pragmática da divisão social do trabalho como causa determinante da sobreposição da cultura objetiva sobre os indivíduos. Nas cidades modernas, a necessidade obsessiva de se distinguir atrai os indivíduos para imagens e *performances* exageradas. (SIMMEL, 2005).

A obsessividade em ser notado e reverenciado diante da homogeneidade das massas urbanas tornou-se uma marca consagrada na existencialidade da metrópole. Em tempos de ascensão dos meios de comunicação de massa como revistas, televisão, e a *internet* na contemporaneidade, é evidente que as possibilidades de romper com a invisibilidade social têm fomentado a criação de novas tribos urbanas, e por fim, de indivíduos que exploram ao extremo as suas subjetividades na tentativa de fundir uma marca que lhes conceba a ilusão de que são únicos diante de bilhões de outros sujeitos no mundo social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao problematizar a complexa relação entre espírito subjetivo e espírito objetivo como elementos imbricados na construção da cultura moderna, Georg Simmel acompanha com um olhar sociológico aguçado o desenvolvimento de ambos, suas proporções e *nuances* frente à complexa teia de relações e construções simbólicas que tecem a conflituosa relação entre indivíduo e sociedade. Neste processo, estão envolvidos o sentimento de pertencimento grupal, as semelhanças e diferenças entre os indivíduos, a formação de uma identidade e a significação simbólica dada como constructo social. “Todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal”. (SIMMEL, 2006, p. 64).

O desenvolvimento acelerado e pungente da cultura objetiva como atributo dessa sociedade moderna cujo cenário por excelência é a metrópole, implica falar de um fenômeno essencialmente peculiar dessa sociedade: a

economia monetária. Neste contexto moderno, o dinheiro desempenha um papel fundamental como mediador da sociabilidade entre os indivíduos exercendo um protagonismo absoluto, proporcionando **autonomia e liberdade** de ação individual nunca vistas nas sociedades pré-modernas. O dinheiro tornou-se elemento propulsor de novos anseios e necessidades na sociedade de massas, incluindo-se a busca cada vez mais forte de diferenciação entre os próprios indivíduos como ato último de autopreservação da personalidade individual, inclusão, e reconhecimento social.

Por outro lado, o desenvolvimento da cultura subjetiva se deu de forma lenta e reducionista. Sobre este aspecto, Simmel (2005) ilustra a elevação e o desenvolvimento do indivíduo e sua relação com instituições tradicionais como o direito e o casamento na modernidade demonstrando claramente a superação da cultura dos indivíduos sobre a cultura das coisas. Entretanto, afirma o caráter residual dessa perspectiva.

Em sua reflexão sociológica acerca da problemática entre a cisão do espírito tornado objetivo e o subjetivo, Simmel como profundo observador e pesquisador dos problemas da modernidade, investido de um olhar apurado sobre esta realidade histórica, reconhece a probabilidade da cultura dos indivíduos superar a cultura das coisas ou o seu oposto. Porém, ao concluir sua análise ratifica: “o que permite á cultura das coisas se tornarem uma potência de tal modo superior á cultura das pessoas tomadas individualmente são a unidade e a coerência autônoma alcançadas por aquela na modernidade”. (SIMMEL, 2005, p. 73).

A complexidade dos modos de produção na sociedade moderna norteadas pela divisão social do trabalho e a economia monetária, possibilitou efetivamente a superação da dimensão subjetiva individual. Na medida em que o espírito da cultura se objetificou em um acervo grandioso de produções em variados campos do conhecimento acumuladas por sucessivas gerações, restou ao indivíduo extrair uma parte ínfima desse vasto conhecimento cristalizado em conteúdos da cultura. Assim, a racionalidade técnica utilizada na fabricação de um simples sapato, ao complexo processo de criação e administração do Estado moderno, pressupõe dentro deste paradigma hegemônico, a imprescindível participação de diferentes personalidades em sua continuidade histórica.

Em suma, se o estilo de vida de uma sociedade é resultante da relação conflituosa entre espírito objetivo e subjetivo como sugere Simmel, nas sociedades modernas a cultura está profundamente vinculada à circulação do dinheiro. O dinheiro como entidade autônoma e soberana entre os homens e as coisas é em última instância o grande propulsor da preponderância da cultura objetiva sobre a cultura subjetiva. A tragédia da cultura moderna consiste, portanto, em um paradoxo, a autonomia dos produtos sobre os seus produtores. Os produtos se voltam contra os indivíduos dominando-os mediante o fetichismo que se estabelece nos conteúdos e formas de cultura, transformando em meras cifras os valores humanos ao extremo de não dar-se conta de que somos coisas ou humanos coisificados.



## REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EVANGELISTA, J. E. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica**. Porto alegre: Sulina, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução: Fanni Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. *In: O capital: crítica da economia política*. Livro 1, vol.1. São Paulo: Abril cultural, 1983.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In: VELHO, Otávio G. O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. *In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. *In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Trad. Leopoldo Waizbort. **Revista Mana**, n. 11(2): Rio de Janeiro, p. 577-591, 2005.